



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa de Alagoas  
Gabinete do Deputado ANTONIO ALBUQUERQUE

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 981/2025  
Data: 22/04/2025 - Horário: 17:44  
Legislativo

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° \_\_\_\_\_/2025.

CONCEDE A COMENDA DE MÉRITO  
LEGISLATIVO TAVARES BASTOS,  
AO SENHOR MARCOS ANTÔNIO  
PEREIRA, PRESIDENTE NACIONAL  
DO REPUBLICANOS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Comenda de Mérito Legislativo TAVARES BASTOS ao Senhor MARCOS ANTÔNIO PEREIRA, Presidente Nacional do Republicanos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 22 de abril de 2025.

Dep. Antonio Albuquerque



**Estado de Alagoas**  
**Assembleia Legislativa de Alagoas**  
**Gabinete do Deputado ANTONIO ALBUQUERQUE**

### JUSTIFICATIVA

Marcos Antônio Pereira, ou simplesmente Marcos Pereira. Capixaba nascido em 4 de abril de 1972, cristão, advogado internacional, Mestre em Direito Constitucional pelo IDP, especialista em Direito e Processo Penal pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, doutorando em Direito, professor universitário, autor jurídico, membro do Conselho Jurídico da FIESP, presidente nacional do Republicanos desde 2011, ex-ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, deputado federal em seu segundo mandato, ex-vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, eleito por duas vezes como 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados. Servo.

Nascido em Linhares, no interior do Espírito Santo, casou-se aos 19 anos com Margareth Pereira, seu grande amor do colégio. Um pouco antes, aos 17, abriu seu escritório de contabilidade em sociedade com dois colegas de trabalho.

Marcos Pereira não conheceu sua mãe biológica. A empregada doméstica que engravidou do patrônio em São Paulo voltou para o Espírito Santo e, numa pensão às margens da BR-101, entregou seu filho assim que nasceu.

Quem vê o líder forte e o advogado de sucesso de hoje não imagina sua história comovente. Como se os problemas não bastasse, o casal que o adotara se separou quando ele tinha cinco anos. Cresceu com a avó paterna adotiva.

Margareth sempre foi a inspiração de Marcos Pereira. Foi ela quem lhe falou pela primeira vez sobre Jesus. Juntos lutaram, juntos cresceram e juntos estão até hoje, 30 anos depois do “sim”. E é para sempre.

Profissionalmente, Marcos Pereira cresceu rápido. Em 1995 já era diretor administrativo e financeiro da TV Record do Rio de Janeiro, onde permaneceu até o final de 1999, quando assumiu a Rede Mulher de Televisão.

Em 2003 tornou-se vice-presidente da Rede Record de Televisão, a segunda maior emissora do Brasil. Marcos Pereira foi o responsável pelo redirecionamento e pela trajetória econômica da empresa.

Neste período, que terminou em 2009, a Record registrou seu maior crescimento desde a fundação da emissora, na década de 50. As transformações foram sentidas nas áreas de finanças, jurídica, recursos humanos e tecnologia.

Concomitante a isso, em 2003, tornou-se sócio da LM Consultoria, empresa de consultoria e auditoria nas áreas contábil e fiscal. Em 2011, Marcos Pereira foi eleito por aclamação presidente nacional do Republicanos. Voltaremos a isso.

Em 2013, ele deixa a LM Consultoria e funda a Pereira, Moraes e Oliveira Sociedade de Advogados – hoje Marcos Pereira e Oliveira Sociedade de Advogados, onde atualmente é responsável pelo planejamento e condução das atividades.



**Estado de Alagoas**  
**Assembleia Legislativa de Alagoas**  
**Gabinete do Deputado ANTONIO ALBUQUERQUE**

Foi convidado para comandar o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em maio de 2016. Durante os 20 meses em que esteve à frente da Pasta, recolocou o Brasil na rota dos grandes eventos econômicos internacionais, esteve em 16 países celebrando acordos comerciais – entre outras pautas – e fortaleceu a indústria nacional.

Como vice-presidente da Câmara dos Deputados no biênio 2019/2021, conduziu os trabalhos de forma exemplar. Protagonista em momentos decisórios, esteve à frente de uma Mesa Diretora reformista e responsável pelo avanço de pautas relevantes como a Reforma da Previdência, o novo Marco Legal do Saneamento Básico, o novo Fundeb, projetos de combate à pandemia da Covid-19, além da Lei de Informática (Lei nº 13.969/2019), de sua autoria, e que impulsionou o setor da indústria elétrica e eletrônica no Brasil.

Foi reconhecido pelo diálogo diplomático com todos os partidos e eleito um dos parlamentares mais influentes do Congresso Nacional nos anos de 2019, 2020, 2021 e também em 2022, ano em que foi reeleito para o seu segundo mandato. Responsável pela conquista de 231.626 mil votos, se tornou o 15º deputado federal mais votado de todo o estado de São Paulo, alcançando, ainda, pela segunda vez em sua história política, o posto de 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados. Em sua nova passagem pelo cargo, foi responsável pelo registro histórico de mais de 8 mil requerimentos de informações, revelando uma das gestões mais democráticas e transparentes da 1ª vice-presidência da Câmara.

Em seu 2º mandato como deputado federal, Marcos Pereira obteve a sanção presidencial de dois projetos de sua autoria. O primeiro deles foi transformado na nova Lei de Radiodifusão (Lei nº 14.812/2024), que desburocratiza atividades empresariais no setor de rádio e TV; o segundo criou a Lei nº 14.844/2024, que define a região do Vale do Panema, no interior de São Paulo, como Área Especial de Interesse Turístico (AEIT), beneficiando a economia de todo o conjunto formado pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Jurumirim e seu entorno. Com todos esses desafios concluídos e vitórias alcançadas, Marcos Pereira demonstra uma grandiosa trajetória pessoal, profissional e política.

Marcos Pereira formou-se em Direito pela Universidade Paulista, em 2005, e especializou-se em Direito e Processo Penal pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. É inscrito na OAB/SP – nº 246.100, OAB/DF – nº 38.830 e OAP (Ordem dos Advogados de Portugal) – nº 47167L.

É membro-fundador da Comunidade de Juristas de Língua Portuguesa, podendo exercer a advocacia em Portugal, membro da Comissão Especial de Direito Empresarial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e ainda lecionou Direito Penal no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), entre 2010 e 2012, de onde encontra-se licenciado.

Com larga experiência na literatura jurídica, é autor do livro “O uso da informação como notícia do crime ambiental”, com prefácio do ministro Marco Aurélio Mello (STF), lançado na Livraria Cultura de São Paulo e na OAB de Brasília. O livro propõe discutir como a informação de crimes ambientais produzida pelos meios de comunicação (imprensa) pode contribuir na investigação criminal e na instauração de inquérito policial.

É também responsável pela autoria de “A inconstitucionalidade de leis brasileiras: Entre causas e efeitos – Por que o legislador brasileiro cria tantas leis inconstitucionais?”, debate produzido em sua dissertação de mestrado, em 2020, e difundido na Revista de Processo.



**Estado de Alagoas**  
**Assembleia Legislativa de Alagoas**  
**Gabinete do Deputado ANTONIO ALBUQUERQUE**

Marcos Pereira também é autor de escritos em outras grandes obras. São os artigos “Segurança do Estado e Comunicação Social”, publicado no livro ‘Estudos Jurídicos’, em homenagem ao ministro César Asfor Rocha, pela Editora Migalhas; “Discriminação Racial e Discriminação Religiosa”, publicado no livro ‘Refugiados, Imigrantes e Igualdade dos Povos’, com prefácio do presidente de Portugal, Marcelo Rebelo, pela editora Quartier Latin do Brasil; “A Medida Provisória da Liberdade Econômica e Seus Impactos Sobre Institutos do Código Civil”, veiculado na obra ‘Lei de Liberdade Econômica e seus impactos no Direito Brasileiro’, da Revista dos Tribunais; “Proteção de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes na Era da Informação”, publicado no livro ‘Ensaios sobre a transformação digital no direito’, em homenagem ao Ministro Kássio Nunes Marques, e lançado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); “Direito ao esquecimento no Brasil: da relativização do histórico criminal ao precedente de repercussão geral”, veiculado no livro ‘Mosaicos de Estudos Jurídicos’, integrante da Coleção IDP e lançado pela Almedina Brasil, além do artigo “Pode o advogado delatar o cliente?”, publicado no livro ‘Sistema Acusatório nos 35 Anos da CF/88’, da editora Thoth.

Um extenso currículo na área jurídica que lhe credenciou, em 2022, a assumir o posto de membro do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos (CONJUR) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por indicação do ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Cesar Asfor Rocha. Sob o cargo, que foi renovado para 2023 e 2024, é responsável por coordenar a comissão temática de ‘Promoção do livre comércio internacional’, exercendo papel de destaque na discussão sobre a indústria brasileira e a sua inserção no mercado global.

Dep. Antonio Albuquerque